

NIKOS POULANTZAS :

Estado ,Socialismo e Autogestão.

Claudio Nascimento*

No Seminário organizado em homenagem a Poulantzas (27 e 28 de novembro 1981,em Paris VIII-Saint-Deni), condensado na obra “ La gauche, Le pouvoir et Le socialisme- Hommage a Nicos Poulantzas” (PUF,Paris,1983),varias analises apontam a idéia de Poulantzas sobre a autogestão como conteúdo do socialismo democrático.

Assim,por ex., Chantal Mouffé diz :” Um projeto em que a esquerda quer articular esse potencial não pode consistir em propor ‘mais intervenção do Estado’ ,mas bem ao contrario, a criar de mais em mais as esferas de auto-determinação e de autogestão para os indivíduos e cidadãos”. E,finaliza seu texto : “ Não se trata de um ‘após-socialismo’ ,mas de OUTRO SOCIALISMO,ou seja, a construção de uma SOCIEDADE AUTONOMA E AUTOGERIDA”.

Christine Buci-Glicksman,que organizou a publicação,na Introdução situa a obra e os desafios enfrentados pelo pensador grego radicado na França:

“ No centro, um ponto de partida , um diagnostico e uma constatação paradoxal: o fracasso ou ao menos a redescoberta dos limites históricos e teóricos das estratégias democráticas elaboradas nos últimos quinze anos (estamos em 1981,grifo nosso) .Quer tenham assumido a forma das amplas uniões da esquerda do ‘euro-comunismo governamental’ ou que tenham buscado –como Nicos e tantos entre nós- ARTICULAR democracia direta e democracia representativa com o fim de evitar as “hegemonias de gestão” do tipo social-democrática,e a oferecer alternativas democráticas aos stalinismos medíocres.Tais limites são perceptíveis na crise da “forma-partido”, na ascensão de um pluralismo de sujeitos da transformação social, das inadequações das estratégias sindicais frente às mutações da classe operária, as formas de corporativismo social e à um remanejamento da divisão do trabalho em troca de uma sociedade civil ‘multinacionalizada”,cada vez mais autônoma em relação aos Estados-nações.

Mas, eseses limites se afirmam no momento mesmo em que a QUESTÃO DEMOCRATICA se repõe com uma grande urgência “

Aqui,C-Buci cita os exemplos da America central (El Salvador,Nicaragua) ,da Polonia do Afeganistão ,como as experiências trágicas.

E que, “o paradoxo da situação= repor a questão democrática numa fase de crise aberta ou em potencial da democracia.Há que se desenvolver todas as dimensões de tal paradoxo –seus jogos e alternativas-, a buscar as matrizes de leituras múltiplas que este livro apresenta.(...)Os instrumentos construídos por Nicos Poulantzas são um À PARTIR DE, UM ALÉM (au-delà)”.

“Com efeito, sem eus últimos textos,o desafio democrático do socialismo se torna lancinante, apelando a uma verdadeira “Revolução Copernicana” na política que se esboça em sua ultima Entrevista a “Rinascita” (outubro de 1979).Todo um espaço se abre: relação entre as analises

de Marx e os elementos 'estalinistas' do leninismo, reflexão sobre a necessidade teórica do exercício democrático do poder, esboço de um NOVO SOCIALISMO QUE VAI BEM ALÉM DA ESTRATEGIA DE ARTICULAÇÃO DEMOCRÁTICA DE BASE-DEMOCRACIA REPRESENTATIVA (grifo nosso), que fecha a obra "L'Etat, le pouvoir, Le socialisme".... Todo um espaço que Nicos não pode que balisar com intuições teóricas, críticas – isto é, políticas -, que são as suas e que nos fazem falta".

Esse "Espaço" aberto por Nicos, para C-Buci, "repousa sobre uma idéia fundamental que circula em todos os textos: vivemos o FIM DE TODO UM CICLO HISTÓRICO que começou no pós-guerra com o Estado Keynesiano e a partilha de Yalta".

E que, "Este 'fim' de ciclo põe em pauta um 'novo' ainda impreciso em diferentes planos, Nicos abordou um certo número de elementos: a aparição de novas formas estatais, que chamou de "estatismo pluralismo autoritário"; a construção de uma hegemonia do capital multinacional e seus efeitos sobre o Estado-Nação; a deslocalização da produção; a crise do Welfare; a emergência histórica de uma "nova pequena-burguesia" (1968 e 1981 na França) cujos interesses não são – muito ao contrário – antagonistas com os da classe operária; o desenvolvimento de novos movimentos sociais.. Ele tinha também pressentido os riscos possíveis dessa fase: crise dos partidos, ascensão do corporativismo, explosão do "Sul", esmagamento das dimensões democráticas do "socialismo real".

"dizemos que esse espaço – a caracterização do fim de um ciclo e estas novas perspectivas que se apresentam – definem o auro desse trabalho coletivo, seu laboratório".

O ensaio de C-Buci nesse livro do Seminário em Homenagem a Poulantzas (ensaio intitulado "Qual Socialismo?") como porta de entrada a visão do pensador grego sobre a autogestão.

C-Buci inicia seu ensaio com a frase famosa de Nicos: "Uma coisa é certa= o socialismo será democrático ou não será"!

"É praticamente com estas palavras, sobre os riscos inerentes à qualquer transformação social radical: institucionalização estatal social-democrata ou contra-revolução autoritária, que se fecha o último livro de Nicos Poulantzas, "L'Etat, Le pouvoir, Le socialisme (...). Tal é o desafio do socialismo autogestionário, ao qual a vitória da esquerda na França (1981) como na Grécia – as duas pátrias de N. Poulantzas – repõe toda sua atualidade seus dilemas".

C-Buci, refletindo sobre a recém experiência de governo de esquerda Francesa, iniciada em 1981 com a vitória de F. Mitterrand, aposta ou defende "a passagem de um Bloco Eleitoral de esquerda, para um Bloco Social da Transformação".

E que, "... a descentralização política em curso, não se limite à um simples reforço dos eleitos locais ou das assembleias representativas eleitas. mas, que elas se articulem com as novas formas de democracia de base (papel das associações, dos grupos de iniciativas, dos conselhos de oficinas, e mesmo os conselhos de bairro), que criem novas instâncias de socialização, de politização, de intervenção. Frente à dimensão indivíduo-Estado, elas construam a dimensão nova de um "Espaço Público" (no sentido de Habermas) pluralista e democrático"

"Pelos mesmas razões o sucesso futuro das nacionalizações não depende apenas de sua eficácia industrial, mas das modalidades de poder novo que os trabalhadores terão na

pesquisa, nos investimentos, nas condições de trabalho. Todas orientações que socializam sem estatizar”.

Para C-Buci ,o critério da real democratização diz respeito as relações entre dirigentes e dirigidos,o papel e o lugar da classe operária e dos movimentos sociais no conjunto da sociedade.O que exige igualmente que os partidos e sindicatos se abram à essa lógica “autogestionária” e não privilegiem o poder – o poder centralizado- em relação a essa via socializante”.

Vamos ,enfim à obra principal de N.Poulantzas sobre a Autogestão e o Socialismo.E, centraremos nosso trabalho no capítulo intitulado “Por um Socialismo Democrático”,o último do livro em questão (“L’Etat,Le pouvoir ,Le socialisme”- PUF-1978).

Poulantzas , inicia esse capítulo afirmando o “eixo central” de sua análise: “a relação entre socialismo e democracia na questão das transformações do Estado”.

Poulantzas parte de duas experiências históricas a serem evitadas: a social-democracia tradicional,tal qual existia na Europa, e os regimes dos países do Leste europeu, os ‘socialismos reais’.Ambos têm um ponto comum,apesar das muitas diferenças:

“o ESTATISMO e a desconfiança profunda em relação às iniciativas das massas populares,enfim,a suspeita em relação as exigências democráticas”.

Na França ,Poulantzas situa historicamente dois pólos históricos: de um lado, a estatista e jacobina,de Lenine e da revolução de Outubro à III internacional e ao movimento comunista,de outro lado,a autogestionária e de democracia direta na base.Para realizar o socialismo democrático,deve-se romper com a primeira e se situar na segunda”.

Num primeiro momento,Poulantzas faz uma análise rigorosa da tradição leninista-estatal.Mas,sempre advertindo que cada Polo contém muitas correntes e que,não é suficiente romper com o primeiro Polo e correr para o segundo,o da autogestão.

Poulantzas situa o “dilema”:

“ou manter o Estado atual,se limitar à democracia representativa com mudanças secundárias,o que leva ao estatismo social-democrata e ao parlamentarismo dito liberal,ou,

Se limitar à democracia direta na base ou movimento autogestionário,o que conduz inelutavelmente,à mais ou menos tempo, à um despotismo estatal ou a uma estrutura dos experts.

Como ter uma transformação radical do Estado articulando a ampliação e o aprofundamento das instituições da democracia representativa e das liberdades (que são uma conquista das massas) com o desenvolvimento das formas de democracia direta na base e a experimentação dos espaços autogestionários, aqui está o problema essencial de uma via democrática ao socialismo e de um socialismo democrático”,conclui Poulantzas.

Na medida em que se trata de assinalar direções, esse problema diz respeito à toda transição ao socialismo,não se limita aos países desenvolvidos,e se apresenta de forma consideravelmente diferente segundo cada país, com as estratégias se adaptando as particularidades de cada país,mas,só pode haver socialismo que seja democrático.

Essa transição, Poulantzas chama de “via democrática ao socialismo”, e define seus elementos:

“A via democrática ao socialismo é um longo processo, no qual a luta das massas populares não visa a criação de um efetivo duplo poder, paralelo ao existente e exterior ao Estado, mas se aplica as contradições internas do Estado.

A tomada do poder supõe certamente uma crise do Estado (o que existe hoje em alguns países da Europa), mas essa crise, que acentua precisamente as contradições internas do Estado, não se reduz à uma crise de afundamento do Estado. Tomar ou conquistar o poder não significa um simples confisco das peças da maquinaria estatal, com vistas a sua substituição em pró de um segundo poder.

O poder não é uma substância quantificável detida pelo Estado e que seria arrancada dele. O poder consiste em uma série de relações entre as diversas classes sociais, por excelência concentrada no Estado, que, ele mesmo constitui a condensação de uma relação de força entre as classes.

O Estado não é nem uma coisa-instrumento que se surrupia, nem uma fortaleza onde se penetra através de estratagemas nem um cofre-forte que só se abre arrombando-o: ele é o centro de exercício do poder político.

Tomar o poder do estado significa que seja desenvolvida uma luta de massas tal que modifique a relação de forças internas dos aparelhos de estado que são, em si, o campo estratégico de lutas políticas(...)

Esse longo processo de tomada do poder numa via democrática para o socialismo constitui-se no essencial em desenvolver, fortalecer, coordenar e dirigir os centros de resistência difusos de que as massas sempre dispõem no seio das redes estatais, nelas criando e desenvolvendo outras, de tal maneira, que esses centros tornem-se, no campo estratégico que é o Estado, os efetivos centros de poder real.”

Sobre o risco do reformismo, Poulantzas afirma que: “Qualquer que seja, modificar a relação de forças internas ao Estado não significa reformas sucessivas numa contínua progressividade, conquista de peça por peça de uma maquinaria estatal ou simples ocupação de postos ou cúpulas governamentais.

Significa exatamente um movimento de RUPTURAS REAIS, cujo ponto culminante, e certamente existirá um, reside na inclinação da relação de forças em favor das massas populares no campo estratégico do Estado.

Esta via democrática para o socialismo não significa portanto simples via parlamentar ou eleitoral. Alcançar a maioria eleitoral (no parlamento ou na presidência) seria apenas um momento, por mais importante que fosse: A modificação da relação de forças no seio do Estado diz respeito ao conjunto de seus aparelhos e seus dispositivos: não diz respeito apenas ao parlamento ou, como exaustivamente se repete hoje em dia, aos aparelhos ideológicos do Estado, considerados detentores doravante do papel determinante do Estado “atual”.

Esse processo amplia igualmente, e em primeiro lugar, aos aparelhos repressivos do Estado, aqueles que detêm o monopólio da violência física legítima: o exército e particularmente a polícia”.

Para Poulantzas, essa alternativa não é a de uma “luta interna nos aparelhos do Estado”. Não se trata de se inserir nas instituições estatais. E que,

“As lutas populares devem sempre se manifestar também pelo desenvolvimento de movimentos e na proliferação de dispositivos de democracia direta de base e de centros autogestionários”. (...) A questão: quem está no poder, e para que fazer, não pode ficar alheia a essas lutas autogestionárias ou de democracia direta.

(...) Estas lutas e movimentos, por mais políticos que sejam, mesmo que se coloquem fora espaço físico do Estado, não são fora do Estado: elas estão, de todo modo, sempre situadas em seu campo estratégico. Esta é a alternativa real e não aquela de uma simples ‘luta interna’ frente a uma ‘luta externa’. Em uma via democrática para o socialismo, essas duas formas de luta devem ser combinadas”.

“Só uma articulação entre as duas tentativas, a detransformação da democracia representativa e a do desenvolvimento de formas de democracia direta na base ou movimento autogestionário, pode evitar o estatismo autoritário”.

Poulantzas, então, aponta como um ‘termo indicativo, a “transformação radical do aparelho de Estado” numa transição ao socialismo democrático. E, que não significa o velho termo de “destruição ou quebra do aparelho de estado”, NE, de uma “mudança estatal deste mesmo aparelho de Estado”. São dois caminhos a serem evitados.

“Uma transformação do aparelho de Estado indo no sentido de sua “abolição” só pode se apoiar em uma intervenção crescente das massas populares no Estado, pela via de seus representantes sindicais e políticos, mas também pelo desenvolvimento de suas iniciativas próprias no seio do Estado”.

“Isto deve ser acompanhado pelo desenvolvimento de novas formas de democracia direta na base e a proliferação de redes e de focos autogestionários (...) Mas há também o outro lado da questão: o deslocamento unilateral e unívoco do centro de gravidade para o movimento autogestionário não lograria evitar, em prazo mais ou menos curto, o estatismo tecnoburocrático e o confisco autoritário do poder pelos experts-especialistas”.

Poulantzas aponta dois caminhos para essa perda do poder da revolução:

1= na linguagem neo-tecnocrática, a de um Estado mantido em razão da complexidade das tarefas de uma sociedade ‘pos-industrial’, gerido por especialistas de esquerda e controlado simplesmente pelos dispositivos da autogestão.;

2= na linguagem neo-libertária =um poder disseminado, espalhado e pulverizado numa pluralidade infinita de micropoderes exteriores ao Estado e que se ganharia muito ocupando-os, para escapar ao estatismo (guerrilha frente ao Estado).

Nos dois casos, o resultado é o mesmo:

“ mantem-se intacto o Estado-Leviatã, negligenciam-se as necessárias transformações do Estado sem as quais o movimento de democracia direta continua fadado ao fracasso”. Mais ainda: chega-se a excluir a intervenção do movimento autogestionário das próprias transformações do Estado e a situar as duas num simples paralelismo.

Como, por exemplo, estabelecer uma relação orgânica entre as comissões de cidadãos e assembléias eleitas pelo sufrágio nacional, elas mesmas transformadas em função dessa relação?”.

Qual a questão central, então, para Poulantzas?

“Não se trata, na verdade, de fazer a ‘síntese’ entre as duas tradições do movimento popular, a estatista e a autogestionária, que seria necessário juntar. Trata-se de situar-se NUMA PERSPECTIVA GLOBAL DE ABOLIÇÃO DO ESTADO, perspectiva que comporta DOIS processos articulados:

A transformação do Estado e o desenvolvimento da democracia direta de base”

Finalizando seu ensaio, Poulantzas chama a atenção para dois perigos:

-
- 1) A reação do adversário, a burguesia. E, extraíndo lições da experiência da Unidade Popular, do Chile de S. Allende.
 - 2) As formas de articulação dos dois processos da via democrática ao socialismo (Estado e Autogestão de base), extraíndo lições da experiência da revolução dos Cravos em Portugal.
-

No primeiro caso, Poulantzas afirma que “A atitude clássica da estratégia do duplo poder frente a esse perigo foi precisamente a destruição do aparelho do Estado. Atitude que, no caso que nos concerne, em um certo sentido, também válida: não podemos ficar em modificações secundárias do aparelho do Estado; é preciso fazer rupturas profundas.

Mas, só vale em um sentido: na medida em que não seja apenas a destruição do aparelho do Estado e sua substituição pelo segundo poder, mas, sua transformação em um longo processo que implique o desenvolvimento e ampliação das liberdades e da democracia representativa.

Não sendo assim, oferecemos oportunidades ao adversário, seja para boicotar uma experiência de socialismo democrático, seja para intervir brutalmente para acabar com a experiência. A via democrática para o socialismo não será, certamente, uma simples passagem pacífica.

Só é possível enfrentar esse perigo se ativamente apoiando em um amplo movimento popular. Falamos claramente: de toda forma, ao contrário da estratégia “vanguardista” do duplo poder (...). Se este movimento desenvolvido e ativo, (a revolução ativa, dizia Gramsci, opondo-o à revolução passiva), se a esquerda não o realiza, nada poderá impedir a social-democratização dessa experiência (...)

O amplo movimento popular constitui uma garantia frente à reação do adversário, mesmo que não seja suficiente e deva sempre estar aliado a transformações radicais do Estado.

Essa é a dupla lição que tiramos do Chile. O fim da experiência de Allende não se deve apenas à ausência dessas transformações, mas também a que, a intervenção da burguesia, implícita nessa ausência, se tornou possível pela ruptura das alianças entre as classes populares (da classe operária-pequena burguesia principalmente), o que já tinha então quebrado o élan em favor do governo da UP.

A segunda questão corresponde as Formas de Articulação dos dois processos (mudanças no Estado e implantar a Autogestão).Problema novo,desde que não se trate de substituir um pelo outro.Ou tornar um paralelo e/ou justaposto ao outro.

Pergunta então Poulantzas :

”Em quais áreas, a propósito de quais decisões, em que momento, um deve ultrapassar o outro (as assembléias representativas ou os centros de democracia direta, o parlamento ou os comitês de fabrica, os conselhos municipais ou as comissões de cidadãos, etc) ?

Situação de poder duplo que concerne, esta vez, dois poderes de esquerda (governo de esquerda e poderes populares organizados como segundo poder).É uma das lições que podemos tirar do caso de Portugal:

”Uma situação de duplo poder, mesmo entre dois poderes de esquerda, não não se parece em nada a um jogo de poderes e contra-poderes que se equilibram mutuamente para o crescimento do socialismo e da democracia.

Esta situação conduz rapidamente à uma oposição aberta entre os dois, com os riscos de eliminação de um em favor do outro.Em um caso é a social-democratização (Portugal),no outro (eliminação da democracia representativa) que não é a abolição do Estado nem a vitória da democracia direta,mas,a prazo mais ou menos longo ,uma ditadura autoritária de novo tipo”.

Nos dois casos,quem sairá ganhando será o Estado,condui N.Poulantzas.

E,para concluir sua obra, “Qual a solução e a resposta a tudo isto ?”

Afirmando que suas indicações não são solução-receita,pois a resposta a estas questões ainda não existem,Poulantzas diz que:

“A historia não nos forneceu ate agora experiencia vitoriosa de uma via democrática ao socialismo: em troca, ela nos deu as experiências negativas a evitar e os erros a meditar, o que não é negligenciavel(...).mas,uma coisa é certa: o socialismo será democrático ou não será “.

-Fascisme et Dictature;la troisieme internationale face au fascisme.François Maspero,1970

-Fascismo y Ditadura.siglo veintiuno 1972

-Pouvoir politique et classes sociales.François Maspero.1968

-Pouvoir Politique et Classes Sociales.Tomo 1.Petite collection maspero,1971

-Pouvoir Politique et Classes Sociales.Tomo 2.idem

[-Poder Politico y Clases Sociales en el estado capitalista.siglo veintiuno,1970]

-Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui.Ed. du Seuil,1974

-La Crise des Dictatures;portugal,grece,espagne.cahiers libres/françois maspero,1975

-L'Etat, le Pouvoir,le Socialisme.PUR,[1978]1981

-State,Power, Socialism.Verso,[1978]. 1980

-O Estado, o Poder, o Socialismo. graal,1981

- Debate sobre o Estado Capitalista/com Ralph Miliban.AfrontamentoPorto,1975

- Repères. FM Dialectiques/interventions.1980

- La Crise de l' Etat. [sous la direction de N. Poulantzas.] PUF,1976

-

- La Gauche, le Pouvoir, le Socialisme [Hommage a N.Poulantzas].PUF,1983

- site= www.claudioautogestao.com.br